

ESTUDO DA APLICAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL EM UMA COMUNIDADE ARTESÃ DE MACEIÓ

STUDY OF THE APPLICATION OF PUBLIC POLICY ON SOCIAL
ENTREPRENEURSHIP IN AN ARTISAN COMMUNITY IN MACEIÓ

ESTUDIO DE LA APLICACIÓN DE LA POLÍTICA PÚBLICA DE
EMPRENDIMIENTO SOCIAL EN UNA COMUNIDAD ARTESANAL DE MACEIÓ

Sérgio Ricardo Pereira Accioly¹, Eric David Cohen², Marielza Santos do Nascimento³, Jailton Pereira Nicácio⁴, Bruna Barbosa Diniz⁵

DOI: 10.54899/dcs.v22i85.4074

Recibido: 19/11/2025 | Aceptado: 08/12/2025 | Publicación en línea: 19/12/2025.

RESUMO

Este artigo avalia criticamente a efetividade do Programa Alagoas Feita à Mão (PAFM) na comunidade artesã do Pontal da Barra, em Maceió, investigando sua capacidade de articular políticas públicas, preservação cultural e empreendedorismo social. Adota-se abordagem metodológica mista, com estudo de caso, entrevistas semiestruturadas, questionários e análise de conteúdo, permitindo a triangulação entre evidências qualitativas e quantitativas. Os resultados indicam que, embora o programa amplie a visibilidade do artesanato e favoreça o acesso a mercados, persistem fragilidades estruturais que comprometem sua continuidade e impacto, como desarticulação intersetorial, capacitações pouco contextualizadas, ausência de canais permanentes de comercialização e instabilidade institucional decorrente de mudanças de gestão. A análise demonstra que a efetividade do PAFM depende de estratégias de fomento duradouras, inovação aplicada à economia criativa, governança colaborativa e mecanismos de suporte contínuo capazes de fortalecer a autonomia produtiva das artesãs. Conclui-se que políticas públicas dirigidas ao artesanato requerem maior alinhamento territorial, integração entre cultura, turismo e desenvolvimento econômico e monitoramento sistemático para assegurar sustentabilidade social, cultural e econômica.

Palavras-chave: Política Pública. Artesanato. Empreendedorismo Social. Sustentabilidade.

¹ Doutorando em Administração, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: prof.sergioaccioly@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-0801-7739>

² Doutor em Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas (FGV - SP), São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: ecohen@unicamp.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0994-1731>

³ Doutora em Ciências Contábeis e Administração, Fucape Pesquisa e Ensino S.A, Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: marielza1@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4604-6667>

⁴ Doutorando em Administração Pública - Gestão Governamental, Universidad de la Integración de las Américas (UNIDA - PY), Paraguai. E-mail: prof.jailton.nicacio@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-0445-994X>

⁵ Doutorando em Administração, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: profabrunadiniz@gmail.com

ABSTRACT

His article critically evaluates the effectiveness of the Alagoas Feita à Mão Program (PAFM) within the artisan community of Pontal da Barra, in Maceió, examining its capacity to integrate public policy, cultural preservation, and social entrepreneurship. A mixed-methods approach was employed, combining a case study with semi-structured interviews, questionnaires, and content analysis, enabling the triangulation of qualitative and quantitative evidence. Findings indicate that although the program enhances the visibility of local handicrafts and expands market access, structural weaknesses persist that undermine its continuity and long-term impact, including limited intersectoral coordination, inadequately contextualized training initiatives, the absence of permanent commercialization channels, and institutional instability resulting from administrative turnover. The analysis demonstrates that the effectiveness of the PAFM depends on sustained support strategies, innovation applied to the creative economy, collaborative governance, and continuous assistance mechanisms capable of strengthening the productive autonomy of artisans. The study concludes that public policies aimed at the handicraft sector require stronger territorial alignment, integrated action across culture, tourism, and economic development, and systematic monitoring to ensure social, cultural, and economic sustainability.

Keywords: Public Policy. Handicraft. Social Entrepreneurship. Sustainability.

RESUMEN

Este artículo evalúa críticamente la efectividad del Programa Hecho a Mano Alagoas (PAFM) en la comunidad artesanal de Pontal da Barra, en Maceió, investigando su capacidad para articular políticas públicas, preservación cultural y emprendimiento social. Se adopta un enfoque metodológico mixto, con estudio de caso, entrevistas semiestructuradas, cuestionarios y análisis de contenido, lo que permite la triangulación entre evidencia cualitativa y cuantitativa. Los resultados indican que, si bien el programa aumenta la visibilidad de la artesanía y facilita el acceso a los mercados, persisten debilidades estructurales que comprometen su continuidad e impacto, como la desarticulación intersectorial, la capacitación poco contextualizada, la falta de canales de comercialización permanentes y la inestabilidad institucional derivada de los cambios de gestión. El análisis demuestra que la efectividad del PAFM depende de estrategias de apoyo duraderas, innovación aplicada a la economía creativa, gobernanza colaborativa y mecanismos de apoyo continuo capaces de fortalecer la autonomía productiva de los artesanos. Se concluye que las políticas públicas dirigidas a la artesanía requieren una mayor alineación territorial, la integración entre la cultura, el turismo y el desarrollo económico, y un monitoreo sistemático para garantizar la sostenibilidad social, cultural y económica.

Palabras clave: Políticas Públicas. Artesanía. Emprendimiento Social. Sostenibilidad.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico de comunidades vulneráveis vêm buscando incluir incentivos ao empreendedorismo social, que é considerada uma das principais dimensões voltadas à promoção do crescimento sustentável. O empreendedorismo, reconhecido como um dos principais impulsionadores da inovação e do crescimento econômico, ocupa posição central no processo de desenvolvimento de diferentes países ao redor do globo (Alves *et. al.*, 2023). No Brasil, a conjunção das políticas públicas e do empreendedorismo social se apresentam como estratégias eficazes para o empoderamento de comunidades artesãs, objeto deste estudo.

Neste sentido, destaca-se a experiência de estados como Alagoas, onde o artesanato é uma importante manifestação cultural e econômica. O Programa Alagoas Feita à Mão (doravante PAFM) é um exemplo claro dessa política, que visa fomentar o empreendedorismo social por meio da valorização do artesanato local. Criado em 2015 pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) (Silva *et. al.*, 2023) em parceria com outras entidades, este programa visa fortalecer a produção artesanal, promover a comercialização de produtos e melhorar a qualidade de vida dos artesãos nas localidades em que atua.

Em termos da delimitação contextualizada da presente pesquisa, foi escolhida a comunidade do bairro Pontal da Barra, em Maceió, conhecida por sua tradição no artesanato de fios e tecidos. Considera-se que o estudo da implantação deste programa na comunidade beneficiada reúne as condições ideais para avaliar a efetividade da política pública estudada, visto o cenário da valorização da cultura e história do bairro.

Diante da relevância da temática da atividade artesanal voltada à cultura e à economia desta localidade, reveste-se de relevância a avaliação da efetividade do PAFM, por conta de seus efeitos voltados à promoção do desenvolvimento sustentável dos artesãos. Assim sendo, o presente estudo propõe investigar o alcance do programa no tocante aos objetivos de promoção da inclusão social e econômica dos artesãos, sempre pautados nos desafios enfrentados e nas oportunidades criadas para a comunidade do bairro estudado.

Nota-se que a importância desta avaliação reside na necessidade de compreender o impacto das políticas públicas sobre os empreendedores sociais. Se, por um lado, o programa tem como foco o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, por outro lado se reconhece os consideráveis desafios relacionados à implementação dessas políticas, tais como o alcance

limitado e a necessidade de capacitação contínua para os artesãos. Além disso, propõe identificar os fatores que limitam o sucesso do programa, ao tempo em que se oferecem sugestões para o seu aprimoramento.

É relevante observar que a literatura a respeito das políticas públicas e empreendedorismo social no Brasil reconhece a importância, bem como dá o devido destaque aos programas que promovem o desenvolvimento de comunidades marginalizadas – notadamente em setores como o da atividade artesanal, que representam uma conexão vital com a identidade cultural (Accioly, 2023). Além disso, diversos estudos sugerem que o empreendedorismo social é uma importante ferramenta para a promoção do desenvolvimento sustentável em comunidades vulneráveis, uma vez que ele proporciona oportunidades de emprego e melhora a qualidade de vida das pessoas envolvidas (Oliveira *et al.*, 2020).

A produção científica da área aponta para a necessidade de políticas públicas eficazes que vão além do fomento econômico, integrando a preservação do patrimônio cultural e a promoção da identidade local (Silva *et. al*, 2023). Diante deste contexto, programas como o PAFM representam uma relevante materialização destes objetivos, ao valorizar o saber tradicional dos artesãos, ao mesmo tempo em que se busca modernizar e expandir a comercialização de produtos e serviços derivados da atividade artesanal.

De maneira formal, surge o seguinte problema de pesquisa: **o Programa Alagoas Feita à Mão pode ser considerado efetivo à luz das ações implementadas na comunidade artesã do bairro do Pontal da Barra, em Maceió?**

A partir dessa questão, coloca-se como objetivo geral avaliar em que medida o programa tem conseguido promover o empreendedorismo social e transformar a realidade socioeconômica dos artesãos locais. De maneira direta, buscar-se-á identificar seus pontos fracos e sugerir estratégias de melhoria que logrem aumentar a sua efetividade.

Em relação à relevância do estudo, registra-se que o empreendedorismo social se reveste de crescente interesse na literatura da área de gestão pública. Embora o empreendedorismo e seu impacto na economia tenham sido amplamente estudados nas últimas duas décadas, a temática do empreendedorismo social continua a evoluir enquanto tema de pesquisa, e ademais ela se expande a largos passos. Tal crescimento se manifesta pela crescente importância da dimensão social do empreendedorismo, bem como de suas implicações para o bem-estar econômico, social e ambiental (Neumann, 2023). Desta forma, postula-se a relevância do presente estudo, à luz da

importância do fomento ao empreendedorismo social voltado ao desenvolvimento e do impacto positivo nas comunidades produtivas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na sequência, oferece-se ao leitor uma discussão aprofundada a respeito das teorias relevantes e a contribuição de autores a respeito desta temática, ao mesmo tempo em que se analisa a relevância dos conceitos teóricos atuais. Com isto, busca-se fundamentar a pesquisa, em alinhamento com a metodologia preconizada para o seu desenvolvimento.

Empreendedorismo Social e Políticas Públicas

O conceito de empreendedorismo social vem ganhando destaque como tema central na questão do desenvolvimento socioeconômico, especialmente em comunidades marginalizadas. O empreendedorismo configura-se como uma área de investigação que tem atraído crescente atenção de estudiosos e pesquisadores. Sua importância decorre dos possíveis impactos positivos da atividade empreendedora, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social, com destaque para regiões que enfrentam maiores dificuldades econômicas (Alves *et. al.*). O fortalecimento de uma mentalidade empreendedora, quando articulado a políticas públicas bem planejadas, não apenas favorece o surgimento de novos empreendimentos, como também impulsiona a economia, amplia a oferta de empregos e fomenta a inovação. Contudo, torna-se indispensável que essas políticas sejam analisadas de maneira criteriosa para assegurar que realmente cumpram suas finalidades (Alves *et. al.*).

Nesta linha, autores como Bonfanti *et al.* (2024) postulam que a pesquisa acerca do empreendedorismo social vem ganhando os espaços importantes, culminando em diversas revisões de literatura acerca desta temática nos últimos anos. A evolução do conhecimento teórico é fundamental, pois possibilita a análise aprofundada a respeito da sua evolução sob diferentes perspectivas e disciplinas, coisa que contribui para uma ampla compreensão deste fenômeno. Ademais, ainda segundo estes mesmos autores, a revisão de literatura ajuda a estabelecer o estado da arte, ao mesmo tempo em que orienta a pesquisa futura nas diversas áreas do conhecimento. Cabe ressaltar, no entanto, que a maior parte dos estudos teve principal foco no

empreendedorismo social e na sustentabilidade, muitas vezes desprezando a interseccionalidade e as divergências entre os dois conceitos (Silva *et al.*, 2023; Fonseca *et al.*, 2021).

Segundo Fonseca *et al.* (2021), o empreendedorismo social foi definido na década de 1950; não obstante, o termo ainda carece de uma definição clara, e observa-se que seus limites frente a outros conceitos teóricos permanecem confuso e controversos. Na verdade, até 2003 encontra-se poucos estudos sobre empreendedorismo social, haja visto o interesse acadêmico ter ganhado um impulso considerável nos anos seguintes. Por conta destas questões, o conceito recebeu definições de diferentes áreas de conhecimento, coisa que traz alguns desafios por conta de não existir uma definição consensual e universal do termo (Fonseca *et al.*, 2021).

Seja como for, Salim (2009) considera que o empreendedorismo pode ser compreendido como uma ferramenta de transformação mental e comportamental. Na mesma linha, Accioly (2023) postula que a essência do empreendedor social reside na missão de atenuar problemas que as entidades públicas, todavia, não conseguem solucionar por completo. Também para Bessant e Tidd (2019), a inovação desempenha um papel fundamental no processo empreendedor, pela ação individual que busca transformar realidades por meio da iniciativa pessoal. Para estes mesmo autores, em mercados competitivos é imperativo que ocorra uma evolução constante no oferecimento de produtos e serviços, por meio da adaptação e criação de soluções inovadoras que não apenas se destacam, mas que oferecem valor superior frente às ofertas dos concorrentes.

De fato, para Yunus (2007), o empreendedor social opera na "base da pirâmide", oferecendo soluções para comunidades que enfrentam exclusão social e econômica. Eles desenvolvem modelos replicáveis que podem ser aplicados a diferentes localidades, ao mesmo tempo em que se produz impacto em áreas como saúde, educação e geração de renda. No caso específico das comunidades artesãs, o empreendedorismo social não apenas preserva o patrimônio cultural, mas também gera novas oportunidades de desenvolvimento econômico, utilizando o saber fazer tradicional como ativo que conduz ao progresso socioeconômico.

Na mesma linha, Silva *et al.* (2019) destacam que o empreendedorismo social contribui para o desenvolvimento em setores essenciais como educação e treinamento, desenvolvimento econômico e assistência social. Nas comunidades artesãs, o empreendedorismo social potencialmente fornece uma infraestrutura que conecta as práticas culturais tradicionais às demandas de um mercado em transformação, gerando valor econômico e preservando a identidade cultural.

Desta maneira, para Oliveira *et al.* (2020), o empreendedorismo social tem como pilar principal a transformação das condições de vida de comunidades marginalizadas, promovendo melhorias em diversos âmbitos, como saúde, alimentação, moradia, geração de emprego e renda, lazer, recreação e cultura. Este empreendedor utiliza práticas e ideias oriundas da iniciativa privada, aplicando-as em prol da coletividade, por meio de estruturas colaborativas e não hierárquicas, gerando lucros que são compartilhados pela própria comunidade, ao mesmo tempo que se favorece a ação conjunta envolvendo diversos setores sociais, por meio de parcerias (Fonseca *et al.*, 2021).

Teixeira *et al.* (2019) conceituam o empreendedorismo no setor público como um processo de melhoria contínua que impulsiona a inovação voltada à busca de melhores resultados. Diferentemente do empreendedorismo privado, nesta situação não se busca, simplesmente, o lucro, mas sim a aplicação mais eficiente dos recursos públicos para trazer melhor qualidade de vida no entorno social. Logo, é necessário que o empreendedorismo público se pautar não apenas pelos princípios da gestão, mas também pelos valores políticos, sociais e institucionais. Valadares e Emmendoerfer (2015) corroboram este entendimento, ao observar a necessidade da criação de valor ao cidadão, reunindo recursos públicos com o intuito de explorar e aproveitar oportunidades de geração de impacto social.

As Políticas Públicas e o Artesanato

Pode-se definir a origem das políticas públicas ao início do século XX, nos Estados Unidos, momento em que se consolida a disciplina acadêmica dentro do campo das Ciências Políticas, impulsionada por Lasswell (1956). Sua atuação pioneira levou-o a propor um enfoque analítico voltado especificamente para as ações governamentais, colocando em destaque as decisões e intervenções do governo, em vez de focar exclusivamente no Estado e suas instituições. Logo, ele teve como objetivo conectar as ações governamentais ao conhecimento científico e acadêmico.

Posteriormente, Simon (1957) definiu o conceito de *Policy Makers*, que se relaciona com a criação de uma estrutura racional que permite atender às necessidades dos tomadores de decisão. Para ele, é essencial que as decisões políticas sejam fundamentadas em uma base teórica sólida, apoiando-se por um conjunto abrangente de informações sobre o tema a ser abordado pelas ações governamentais (Agum; Riscado; Menezes, 2015).

Como se evidenciou, é essencial que haja uma interseção das políticas públicas e cultura para o desenvolvimento de comunidades artesanais, uma vez que as políticas de valorização cultural têm como objetivo precípua a preservação do patrimônio imaterial – como o artesanato –, ao mesmo tempo em que promovem o desenvolvimento econômico sustentável das comunidades. O artesanato, enquanto expressão cultural autêntica, é frequentemente o foco de políticas públicas voltadas à inclusão social e ao desenvolvimento local.

Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, com base na atualização mais recente realizada em 2021, o estado de Alagoas ocupa a 26ª posição no ranking nacional do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com valor de 0,631. Esse indicador, que agrega dimensões fundamentais como renda, educação e saúde, evidencia a persistência de desigualdades históricas e estruturais que limitam o pleno desenvolvimento socioeconômico da população alagoana.

A posição do estado no ranking nacional (Quadro 1) revela não apenas a insuficiência de políticas públicas eficazes ao longo do tempo, mas também os desafios impostos à construção de estratégias integradas de desenvolvimento regional. Quando desmembrados, os dados do IDH permitem uma análise mais detalhada dos gargalos existentes, especialmente no que se refere ao acesso à educação básica de qualidade, à precariedade dos serviços de saúde e às restrições de mobilidade social decorrentes das baixas oportunidades de geração de renda.

Quadro 1. IDH e seus determinantes em cada estado brasileiro

Territorialidades	Posição IDHM 2021	IDHM 2021	IDHM Educação 2021	IDHM Longevidade 2021	IDHM Renda 2021
Brasil		0,766	0,757	0,819	0,724
Distrito Federal	1	0,814	0,817	0,803	0,821
São Paulo	2	0,806	0,839	0,81	0,771
Santa Catarina	3	0,792	0,79	0,827	0,759
Minas Gerais	4	0,774	0,762	0,846	0,718
Espírito Santo	5	0,771	0,742	0,864	0,715
Rio Grande do Sul	6	0,771	0,75	0,797	0,767
Paraná	7	0,769	0,78	0,785	0,744
Rio de Janeiro	8	0,762	0,758	0,769	0,759
Mato Grosso do Sul	9	0,742	0,741	0,751	0,733
Goiás	10	0,737	0,778	0,721	0,714
Mato Grosso	11	0,736	0,758	0,73	0,72
Ceará	12	0,734	0,766	0,784	0,658
Tocantins	13	0,731	0,732	0,779	0,684
Rio Grande do Norte	14	0,728	0,68	0,819	0,692
Pernambuco	15	0,719	0,721	0,797	0,647
Acre	16	0,71	0,692	0,788	0,655
Sergipe	17	0,702	0,684	0,764	0,662
Amazonas	18	0,7	0,72	0,744	0,641

Rondônia	19	0,7	0,694	0,731	0,677
Roraima	20	0,699	0,673	0,745	0,68
Paraíba	21	0,698	0,669	0,779	0,653
Bahia	22	0,691	0,659	0,772	0,648
Pará	23	0,69	0,686	0,744	0,645
Piauí	24	0,69	0,698	0,726	0,649
Amapá	25	0,688	0,647	0,778	0,648
Alagoas	26	0,684	0,679	0,748	0,63
Maranhão	27	0,676	0,716	0,715	0,603

Fonte: ATLAS BRASIL (2022), IBGE (2021).

Accioly (2023) apoia este entendimento, ao destacar que o artesanato é uma das expressões de manifestação cultural dos povos e nações, além de desempenhar um papel fundamental na preservação das tradições. Ao discutir o artesanato como patrimônio cultural brasileiro, estes autores destacam tanto os erros quanto os acertos na estratégia de proteção cultural, notadamente no que tange aos investimentos voltados para subsidiar o cenário produtivo local. Scopel, Carvalho e Olivo (2019) postulam que o artesanato também pode ser percebido como forma de arte plástica que se caracteriza pelo uso de matérias-primas naturais e locais, levando à criação de produtos que refletem as particularidades da região de origem. Rodrigues (2021) acrescenta que o artesanato acompanha a humanidade desde os primórdios, quando o homem começou a fabricar ferramentas e objetos para uso cotidiano.

Diante destas demandas, o Governo Federal lançou em março de 1991 o Programa do Artesanato Brasileiro (doravante, PAB) que visa, dentre outros, promover o artesanato como forma de expressão da diversidade cultural do Brasil, ao reconhecer e articular a figura do artesão, fomentar o empreendedorismo profissional, e buscar promover a qualificação técnica (Brasil, 1991).

Criado inicialmente sob a estrutura do Ministério da Ação Social, o PAB hoje se encontra sob a tutela do Ministério da Economia. Surgido na esteira das políticas públicas voltadas para o enfrentamento do desemprego, o PAB é fundamentado na ideologia empreendedora, e desde o início focou na "promoção do artesanato e da empresa artesanal", de forma a posicioná-la como importante fonte de geração de renda.

A título de ilustração, o PAB oferece incentivos à produção artesanal em todo o país, promovendo feiras e eventos que dão visibilidade aos produtos no mercado nacional e internacional. Diante deste contexto, o PAFM surgiu na forma de iniciativa regional focada na preservação e promoção do artesanato de Alagoas, e visa estruturar políticas públicas para o

desenvolvimento dos artesãos, oferecendo suporte em áreas como capacitação, promoção e comercialização de produtos.

No entanto, as políticas públicas voltadas ao artesanato enfrentam desafios na implementação, especialmente devido à instabilidade política e à falta de continuidade nas ações de apoio. Como apontam Marquesan e Figueiredo (2014), as pressões do mercado capitalista, que demandam uma produção em massa e padronizada, podem desestabilizar o modelo tradicional de produção artesanal, afetando a originalidade e a autenticidade dos produtos artesanais. Portanto, é crucial que as políticas públicas promovam um equilíbrio entre a inovação necessária para competir no mercado e a preservação das tradições culturais.

De acordo com Cavalcante e Vasconcelos (2022), a definição cultural de um povo vai além de conceitos como fronteiras geográficas, etnia e história. Neste sentido, o artesanato e seus processos simbólicos de produção são elementos que agregam valor cultural ao turismo, criando tipologias turísticas que valorizam os aspectos culturais das regiões. As manifestações artísticas e folclóricas são, portanto, fundamentais para essa caracterização. Para o caso em tela, o artesanato se apresenta como um recurso cultural essencial, cujas narrativas e peculiaridades contam histórias e vivências que constituem um patrimônio criativo único para o estado.

O Brasil tem uma longa tradição de apoio governamental ao artesanato, que se reflete em programas como o PAB e o Programa Alagoas Feita à Mão. O PAB foi estabelecido para promover o artesanato em âmbito nacional, com o objetivo de dar visibilidade e suporte aos artesãos, ajudando-os a acessar novos mercados e gerar renda. Esse programa organiza feiras de artesanato, oferece cursos de capacitação e garante que os produtos artesanais sejam devidamente certificados, o que aumenta seu valor de mercado. O artesanato alagoano apresenta dez tipologias cadastradas no Programa do Artesanato Brasileiro, abrangendo materiais como barro, couro, madeira, fibras vegetais, sementes e cascas, fios e tecidos, ferro, reciclagem, papel e pedra. Dentre essas, a tipologia predominante é a de fios e tecidos, que se destaca como uma das principais expressões culturais da região (Alagoas, 2022b).

O Programa Alagoas Feita à Mão é um exemplo notável de uma política pública regional que visa preservar a identidade cultural do estado de Alagoas, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento econômico das comunidades artesãs. O programa foi criado para oferecer suporte aos artesãos do estado, com foco em três áreas principais: preservação da tradição artesanal, geração de renda e promoção dos produtos artesanais em mercados locais, nacionais e internacionais. Desde sua implementação, o programa tem promovido feiras e eventos que

permitem aos artesãos alagoanos expor e vender seus produtos, incentivando a organização de cooperativas e associações para fortalecer o setor.

Entretanto, apesar de seus benefícios, o Programa Alagoas Feita à Mão enfrenta desafios relacionados à continuidade e ao alcance de suas ações. Muitos artesãos relatam dificuldades na obtenção de apoio contínuo, especialmente durante a pandemia de COVID-19, quando o programa teve que reduzir suas atividades presenciais. Esses desafios destacam a necessidade de adaptação das políticas públicas para garantir que o apoio aos artesãos seja eficaz e duradouro, mesmo em tempos de crise.

Lacunas Identificadas na Pesquisa

Apesar de existir diversas iniciativas governamentais para promover o artesanato no Brasil, a literatura aponta para algumas lacunas importantes. Inicialmente, nota-se que há uma falta de estudos que abordem a efetividade dessas políticas públicas em promover o desenvolvimento sustentável das comunidades artesãs. Embora o PAB e o Programa Alagoas Feita à Mão sejam amplamente reconhecidos por sua contribuição à preservação cultural e ao desenvolvimento econômico, poucos estudos examinam o impacto de longo prazo dessas iniciativas sobre os artesãos e suas comunidades.

Além disso, a literatura carece de análises que explorem a integração entre políticas públicas de fomento ao artesanato e o empreendedorismo social. O empreendedorismo social, como ferramenta de inclusão e desenvolvimento econômico, é frequentemente subutilizado em políticas voltadas ao artesanato. Estudos sobre a aplicação do empreendedorismo social em programas de artesanato poderiam fornecer insights valiosos sobre como essas iniciativas podem ser mais eficazes na geração de renda e preservação cultural.

Outra lacuna importante é a necessidade de adaptação das políticas públicas para responder às mudanças do mercado e aos desafios emergentes, como a digitalização e a crise econômica gerada pela pandemia. Há uma necessidade crescente de políticas que promovam a capacitação digital dos artesãos, permitindo-lhes acessar novos mercados e diversificar suas fontes de renda.

METODOLOGIA

Nesta seção, oferece-se ao leitor uma descrição a respeito dos aspectos metodológicos que levaram ao desenvolvimento do estudo, cuja abordagem pode ser caracterizada como exploratória e de natureza qualitativa, que se presta a descrever um fenômeno ainda não totalmente compreendido em seu campo de conhecimento.

Para a construção da fundamentação teórica deste estudo, optou-se pela aplicação de um mapeamento sistêmico (*mapping study*), sustentado nos procedimentos da análise de conteúdo, conforme propostos por Bardin (2011). Essa abordagem, amplamente reconhecida nas ciências sociais aplicadas, possibilita a decomposição, organização e interpretação sistemática de mensagens, documentos e registros, com o objetivo de produzir inferências válidas e relevantes acerca do contexto de produção e recepção dos conteúdos analisados.

A análise de conteúdo, nesse sentido, não se limita a uma simples leitura interpretativa, mas se estrutura como um conjunto de técnicas rigorosas que permitem a identificação de padrões, recorrências temáticas e sentidos latentes nos materiais examinados. Segundo a própria autora, trata-se de uma metodologia que busca, por meio de procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição, extrair indicadores qualitativos e/ou quantitativos capazes de revelar aspectos implícitos nas comunicações (Bardin, 2011, p. 42).

Para operacionalizar esse processo, foram seguidas as etapas metodológicas clássicas da análise de conteúdo, conforme sintetizado na Quadro 02, que apresenta as fases sucessivas de pré-análise, exploração do material, codificação, interpretação e elaboração do relatório final.

Quadro 2. Síntese Metodológica de Bardin

Metodologia	Fundamentação
Pré-análise	Organização do material, definição dos objetivos e formulação das hipóteses
Exploração do Material	Leitura, análise e organização do conteúdo escolhido para identificação de trechos importantes para a pesquisa.
Codificação e Categorização	Organização do material por códigos e categorias.
Interpretação	Análise, identificação e busca relacional entre os conteúdos identificados e catalogados.
Análise e Relatório	Interpretação dos resultados e organização da apresentação do relatório final, descrevendo a conclusão do trabalho.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O estudo se configura como sendo aprofundado e específico, utilizando a técnica de estudo de caso que propõe investigar o contexto das políticas públicas voltadas à comunidade

artesa do bairro Pontal da Barra. Por certo, os resultados aqui encontrados não poderão ser generalizados, contudo prestam-se para descrever as construções sociais da realidade investigada, com foco nas práticas, percepções e perspectivas dos participantes em relação ao desenvolvimento e implementação das políticas públicas direcionadas ao artesanato da comunidade estudada (Accioly, 2023).

Segundo Bardin (2011, p. 15), a técnica adotada – estudo de caso - permite um exame detalhado das dinâmicas, interações e impactos das políticas analisadas, permitindo-nos alcançar uma compreensão mais profunda e contextualizada das experiências e atitudes dos envolvidos. Além disso, apresenta-se a possibilidade de desvendar valiosos insights sobre a maneira com que as políticas são percebidas pelos stakeholders, através das suas interpretações e aplicação no âmbito local.

Cada etapa cumpre um papel específico no processo de tratamento dos dados: desde a organização inicial dos objetivos da pesquisa, passando pela identificação de unidades de sentido relevantes, até a categorização e sistematização final dos resultados. Essa metodologia, ao ser aplicada ao corpus documental deste estudo, permitiu maior profundidade na análise e maior rigor na produção das inferências, conferindo confiabilidade ao percurso investigativo adotado.

O instrumento metodológico de pesquisa adotado, a análise de conteúdo - é procedimento que preconiza a análise de textos, documentos, imagens e outros materiais de comunicação, e tem como objetivo identificar os elementos que compõem uma comunicação e compreender o significado dos elementos analisados.

Assim sendo, considera-se que a condução do estudo utiliza uma abordagem mista, ao combinar técnicas qualitativas e quantitativas a fim de fornecer uma visão ampla e detalhada a respeito do impacto do PAFM na comunidade artesã do bairro Pontal da Barra, em Maceió. Conforme postula Creswell (2007, p. 35), este tipo de abordagem permite não apenas oferecer uma análise estatística dos dados coletados, mas também a interpretação das percepções, experiências e desafios enfrentados dos entrevistados, de maneira a contextualizar o desenvolvimento do empreendedorismo social.

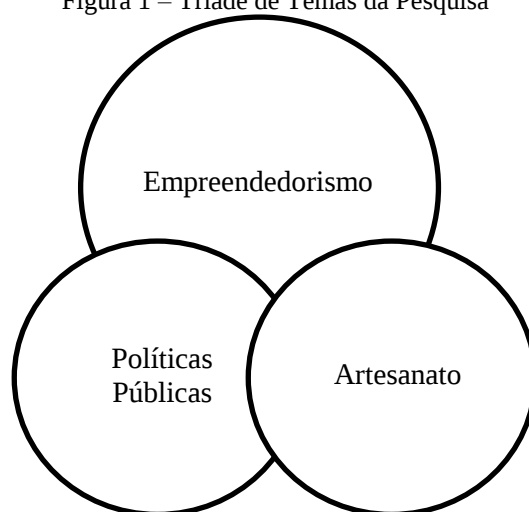
No que diz respeito ao trabalho de natureza quantitativa, Creswell (2007) preconiza que a pesquisa descritiva visa explorar a relação entre as políticas públicas e o desenvolvimento socioeconômico local e, a partir da sua abordagem, buscou-se compreender de forma abrangente como as práticas do programa afetam diretamente os artesãos envolvidos, lançando luz aos

mecanismos e os resultados gerados pelo programa, tendo como base as interpretações e experiências dos participantes inseridos nesse contexto.

Cabe mencionar que, no âmbito do PAFM, a implementação destas políticas passa pela formação e constituição de uma rede de atores-chave e beneficiários, cada qual com um papel específico e essencial relacionado a gestão e execução das ações direcionadas ao artesanato em Alagoas. Desta forma, é relevante observar a necessidade de analisar estas relações sob o prisma da coordenação das iniciativas por meio das diversas entidades governamentais e não governamentais, cujo fito é fomentar o desenvolvimento e a promoção do artesanato local.

As bases de dados selecionadas para a proposta do estudo foram: catálogo de teses e dissertações da CAPES e SciELO, base de dados de periódicos científicos Web of Science, além das bases de dados de dados, como por exemplo Data.Gov, IBGE, e o DataSebrae. Acerca da luz científica, buscou-se artigos que abordassem uma tríade de temas que solidificaram o construto (Figura 1).

Figura 1 – Tríade de Temas da Pesquisa



Fonte: Accioly (2023).

Na etapa inicial da busca bibliográfica, foram utilizados como descritores os termos: Empreendedorismo Social, Artesanato, Gestão Pública, Políticas Públicas e Projetos Sociais. Como critério de inclusão, considerou-se apenas publicações veiculadas em periódicos científicos, com o objetivo de garantir a qualidade e a relevância acadêmica das fontes consultadas. A partir dessa seleção, procedeu-se à análise dos títulos, resumos e tipo de estudo, sendo excluídos os trabalhos que não apresentavam relação direta com o objeto da pesquisa ou que não dialogavam com os eixos teóricos definidos para o estudo.

Método do Estudo de Caso

O bairro Pontal da Barra, em Maceió, foi escolhido como foco do estudo por sua importância histórica e cultural no artesanato alagoano, sendo um dos principais polos da produção artesanal de "Filé", técnica reconhecida como patrimônio cultural do estado. Essa tradição secular, que envolve a confecção de tecidos e rendas, vai muito além de ser tão simplesmente uma forma de expressão cultural, pois é, também, uma fonte essencial de renda para muitas famílias na região.

A escolha do local para o estudo se justifica pela sua representatividade no contexto das políticas públicas voltadas para o artesanato e o desenvolvimento comunitário. O impacto do PAFM nesta comunidade tem significado prático e valor simbólico, posto que nele se materializam iniciativas de empreendedorismo social que podem gerar transformações positivas na vida dos artesãos, bem como na preservação do patrimônio cultural.

A presente pesquisa foi construída a partir de uma abordagem metodológica que combinou dados primários e secundários, tendo como técnicas principais a entrevista semiestruturada (anexo 1) e a análise documental. As entrevistas foram realizadas entre setembro de 2022 e setembro de 2023, com registro em áudio devidamente autorizado, o que possibilitou posterior transcrição e análise criteriosa do conteúdo.

Para a seleção dos participantes da pesquisa, foi adotada a técnica de Snowball Sampling (amostragem em bola de neve), cuja lógica consiste na indicação sucessiva de novos participantes por membros iniciais da população-alvo. Trata-se de uma amostragem não probabilística, recomendada para estudos em que o universo é específico, de difícil acesso ou com representatividade concentrada, como é o caso dos artesãos organizados em associações locais. Conforme destacam Colin e Pelicioni (2018), essa técnica não permite a determinação da probabilidade de inclusão de cada sujeito na amostra, mas é eficaz na construção de redes de acesso em contextos delimitados e socialmente integrados.

As entrevistas foram realizadas com artesãos vinculadas à Associação dos Artesãos do Pontal da Barra, em Maceió (AL), bairro reconhecido por sua tradição na produção do artesanato filé. A escolha do local foi orientada por critérios de proximidade, conveniência e relevância social, dado o acesso prévio do pesquisador à presidência da associação à época da pesquisa. Essa interlocução inicial foi fundamental para a aproximação com o grupo, e viabilizou a construção

de um ambiente participativo, ético e colaborativo, no qual as entrevistadas contribuíram ativamente para a coleta de dados.

A primeira participante, identificada como EB1, foi a presidente da associação, responsável por acolher a proposta da pesquisa e mediar os encontros subsequentes com outras associadas. A partir desse primeiro contato, novas entrevistas foram realizadas com outras artesãs (EB2, EB3, etc.), seguindo a lógica da amostragem encadeada e mantendo a identificação codificada a fim de preservar o anonimato e o sigilo das informações, conforme os preceitos éticos da pesquisa com seres humanos.

Paralelamente às entrevistas, foi realizada uma análise documental com foco em normativos e diretrizes oficiais que regem o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) e, em especial, o Programa Alagoas Feita à Mão. Foram examinados decretos, manuais, relatórios técnicos, notícias institucionais e documentos complementares que tratam do artesanato como política pública de fomento à economia criativa e à valorização da cultura local.

O tratamento dos dados seguiu os procedimentos da análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), contemplando as etapas de pré-análise, codificação, categorização e interpretação dos registros. Após a organização do material, foram definidas as unidades de registro e de contexto, com posterior construção de categorias temáticas. A análise foi orientada pela articulação entre os achados empíricos e o referencial teórico adotado, permitindo extrair significados, padrões e percepções sobre o funcionamento do programa e seus reflexos no território estudado.

Procedimentos de Amostragem

A amostra foi composta por artesãos do bairro do Pontal da Barra, selecionados de acordo com critérios de oportunidade e conveniência. Desta forma, ressalta-se que, por ser uma amostra não probabilística, não são possíveis inferências a respeito de outras populações semelhantes, lembrando, novamente, da natureza exploratória da presente pesquisa.

É relevante notar que, por conta da proximidade entre o pesquisador e a presidente da Associação dos Artesãos do Pontal, foi facilitado o acesso aos participantes, fato que assegurou um número representativo de artesãos participantes da coleta de informações no processo de desenvolvimento da pesquisa. No total, aproximadamente 100 artesãos associados participaram, fornecendo uma diversidade de perspectivas e experiências com o programa.

Estas informações foram coletados de duas formas: entrevistas semiestruturadas e pesquisa quantitativa por meio de questionários. As entrevistas semiestruturadas permitiram uma compreensão mais profunda a respeito das percepções dos artesãos em relação ao programa, ao passo que os questionários coletaram informações demográficas e dados quantitativos relacionados ao impacto do PAFM.

A etapa quantitativa da pesquisa foi estruturada com base em um questionário adaptado do modelo elaborado pelo SEBRAE em 2013, que teve como finalidade a caracterização do perfil de empreendedores que têm o artesanato como principal atividade econômica. Esse instrumento, reorganizado para atender aos objetivos específicos deste estudo, foi utilizado para levantar dados demográficos, econômicos e de percepção sobre o programa público em questão.

A aplicação do questionário foi conduzida presencialmente, utilizando-se a plataforma *Google Forms* para digitalização dos dados, no qual incluiu-se perguntas sobre o perfil socioeconômico dos artesãos, formação educacional, renda familiar e experiência com o programa. Além disso, foram formuladas perguntas específicas a respeito do funcionamento do PAFM, nas quais se abordou aspectos como o nível de envolvimento dos artesãos nas decisões do programa e a eficácia das ações implementadas.

Quanto à coleta de dados quantitativa, foram utilizadas técnicas de estatística descritiva para avaliar o perfil socioeconômico dos artesãos, bem como as taxas de sobrevivência dos negócios, e volume de vendas gerados a partir do apoio do PAFM. Essas informações possibilitaram uma base analítica que nos permitiu compreender a dimensão econômica do impacto do programa.

Os dados qualitativos foram coletados por meio das entrevistas semiestruturadas e grupos focais, e subsequentemente analisados utilizando a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), para identificar e interpretar padrões e categorias emergentes na fala dos artesãos. A técnica possibilita identificar temas-chave, tais como: desafios na comercialização, a percepção de suporte oferecido pelo programa e o papel da preservação cultural no artesanato. Através deste processo foi possível obter *insights* valiosos sobre as percepções subjetivas dos artesãos, bem como formas de aprimorar o programa para atender melhor às necessidades gerais.

A triangulação dos dados qualitativos e quantitativos foi essencial para uma compreensão mais abrangente dos impactos do programa, pois permitiu desvendar percepções subjetivas, bem como evidências numéricas. Ademais, o processo facilitou a identificação de possíveis lacunas no programa, bem como de oportunidades para seu aprimoramento futuro. Desta forma,

fundamentou-se, através da coleta de dados provenientes dos indivíduos entrevistados, a elaboração de recomendações apoiadas em dados robustos e diversificados.

A segunda parte do questionário foi destinada a compreender a relação dos(as) artesãos(ãs) com o universo do empreendedorismo, incluindo seu grau de familiaridade com práticas de gestão, comercialização, inovação e acesso a políticas públicas. Uma questão específica foi destinada a verificar o nível de conhecimento e envolvimento dos participantes com o PAFM, aspecto central para avaliar sua efetividade enquanto política de fomento ao artesanato.

O delineamento metodológico adotado para esta etapa foi de natureza quantitativa descritiva, com característica transversal, visando identificar a distribuição de variáveis relevantes à caracterização do grupo e ao acompanhamento do programa. Embora o universo da pesquisa seja delimitado e localizado, sua análise fornece pistas importantes sobre os desafios enfrentados por comunidades artesãs no acesso a políticas públicas, bem como sobre a eficácia das estratégias governamentais na promoção da economia criativa local.

Destaca-se que os dados secundários provenientes de documentos institucionais, sites oficiais e registros de imprensa sobre o artesanato alagoano foram fundamentais na composição de um panorama prévio e na contextualização do campo empírico. Essa triangulação entre entrevistas, questionários e análise documental fortaleceu a consistência metodológica do estudo e permitiu uma compreensão mais ampla da realidade investigada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão que segue apresenta os resultados da coleta de informações em campo, versando sobre a efetividade do PAFM, a identificação de obstáculos à sua plena efetividade, a importância das ações de empreendedorismo social, e a análise crítica acerca dos pontos positivos e negativos do programa.

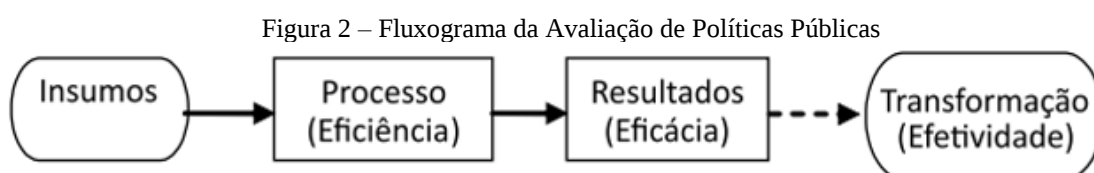
Efetividade do Programa Alagoas Feita à Mão

A implementação do PAFM apresentou resultados expressivos, especialmente no que diz respeito à valorização do artesanato local e à geração de oportunidades econômicas para a comunidade artesã do Pontal da Barra de Maceió. Um dos impactos mais evidentes foi a ampliação do acesso a mercados para os artesãos, através da participação em feiras e eventos, o

que gerou visibilidade tanto nacional quanto internacional. Resta evidente que o programa cumpriu parcialmente seu objetivo de fortalecer a cadeia produtiva do artesanato e proporcionar aos artesãos novas formas de comercializar seus produtos, inserindo-os em um circuito de mercado mais competitivo.

Entretanto, apesar dos avanços, a pesquisa também revela desafios estruturais que limitam a plena efetividade do programa. Por exemplo, muitos artesãos relataram uma falta de continuidade nas ações, além de problemas logísticos, especialmente no apoio à comercialização. A falta de uma infraestrutura robusta para escoamento de produtos, assim como a dependência de eventos sazonais, prejudica a sustentabilidade das ações implementadas. Assim, enquanto o PAFM conseguiu gerar resultados importantes, ele também carece de mecanismos de monitoramento contínuo e apoio pós-eventos.

A avaliação de políticas públicas, sobretudo no que se refere à sua efetividade, demanda uma leitura abrangente e integrada de todas as etapas que compõem seu ciclo de vida. Conforme proposto por Sano e Filho (2013), esse processo pode ser visualizado por meio de um fluxograma que interliga quatro dimensões fundamentais: insumos, processos, resultados e transformação, conforme representado na Figura 2. Tal modelo rompe com abordagens restritas à eficiência operacional, ao propor uma análise que vá além do alcance de metas formais, priorizando os impactos reais gerados nas condições de vida dos cidadãos.



Fonte: Sano e Montenegro Filho (2013)

Nessa estrutura, a eficiência refere-se à racionalidade do uso dos recursos disponíveis para a realização das ações — ou seja, à capacidade de produzir mais com menos. A eficácia, por sua vez, está vinculada à relação entre os resultados obtidos e os objetivos previamente traçados, representando o grau de cumprimento das metas planejadas. Contudo, é na efetividade que se consolida o valor estratégico da política pública, uma vez que ela traduz a capacidade de produzir mudanças concretas e sustentáveis no território e na população beneficiária.

A Figura 2 reforça que a efetividade não pode ser reduzida a indicadores quantitativos de desempenho, pois requer uma compreensão situada, sensível ao contexto socioterritorial e às dinâmicas que envolvem os sujeitos impactados. Políticas públicas tecnicamente eficientes e

eficazes podem se mostrar ineficazes caso não resultem em avanços substantivos na promoção de direitos, na redução das desigualdades ou na melhoria das condições de vida.

Esse referencial torna-se particularmente pertinente para análises de programas voltados a comunidades produtivas, como as atendidas pelo PAFM. A compreensão da efetividade, nesse caso, só é possível a partir da escuta dos próprios sujeitos coletivos beneficiários, considerando dimensões como fortalecimento da identidade étnica, autonomia produtiva e reconhecimento institucional. Assim, a utilização desse modelo analítico contribui para reposicionar o olhar avaliativo: da lógica centrada na execução para uma avaliação ancorada no impacto social, e da burocracia para o território.

Desafios Enfrentados pelos Artesãos

Entre os principais desafios enfrentados pela comunidade artesã está a dificuldade de comercialização. Embora o programa tenha criado oportunidades temporárias através de feiras e eventos, muitos artesãos ainda enfrentam obstáculos para escoar sua produção de forma contínua. Isso se deve, em parte, à ausência de canais de comercialização digital, uma lacuna que ficou mais evidente durante a pandemia de COVID-19, quando as vendas presenciais caíram drasticamente.

O bairro do Pontal da Barra, em Maceió, é reconhecido como um dos principais territórios culturais e produtivos de Alagoas no que diz respeito ao artesanato, em especial o bordado Filé. De acordo com a Coordenadora do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) em Alagoas, o bordado Filé é um bem imaterial que se estende por toda a região da Lagoa Mundaú, incluindo bairros e municípios vizinhos, sendo considerado um Patrimônio Cultural de Alagoas. Dona Ivonete, moradora do Pontal, foi reconhecida como Patrimônio Vivo do estado, reforçando o valor simbólico e histórico dessa prática artesanal.

Ao longo da pesquisa de campo, foram entrevistadas 31 artesãs atuantes no bairro, com o intuito de compreender o impacto do Programa Alagoas Feita à Mão na realidade das produtoras locais. A coleta de dados evidenciou não apenas aspectos empreendedores, mas também os laços afetivos e a história social que estruturam a cultura do artesanato na região. Um exemplo marcante é o depoimento da entrevistada EB4, que relatou com orgulho como sua família participou da formação cultural do Pontal, desde a presença dos holandeses até a transmissão intergeracional

do ofício artesanal. Ela destaca a criação de 22 pontos de bordado desenvolvidos localmente e a formação de uma identidade coletiva baseada na arte de bordar.

A presidente da Associação dos Artesãos do Pontal da Barra (EB1) reforça esse entendimento, ao relatar que há quase cem associados e que a associação vem atuando para resgatar o valor simbólico e econômico do artesão local. Segundo ela, reconhecer o valor do artesanato não é apenas uma questão financeira, mas de afirmação cultural e dignidade profissional.

Em termos demográficos, a maioria das artesãs entrevistadas tem entre 36 e 61 anos (80,7%) e 67,7% possuem ensino médio completo. A renda familiar de quase metade das entrevistadas é inferior a dois salários-mínimos (48,4%), o que indica que o artesanato é uma estratégia relevante de sustento, apesar de ainda precária para boa parte das produtoras. Tais dados refletem um perfil heterogêneo, com diferentes trajetórias, formações e situações de vida, e apontam para a necessidade de apoio estruturado por parte das políticas públicas.

A Secretaria de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SEDICS) confirma que o Pontal é um centro importante de produção artesanal, formado por famílias que bordam desde a infância. A história de vida de EB1 corrobora isso: “A gente nasce com o tear nas pernas”. A prática artesanal, portanto, não é apenas um ofício, mas um modo de vida e um elemento identitário.

No que se refere ao Programa Alagoas Feita à Mão, embora reconhecido como importante por boa parte das artesãs, há lacunas na sua execução. A maioria das entrevistadas (67,7%) afirmou não receber assistência direta da equipe do programa, e 71% relataram não contar com apoio institucional. A divulgação dos produtos é apontada como principal necessidade (93,5%), seguida por maior apoio institucional (63,4%). Apesar disso, a maioria das artesãs demonstrou otimismo quanto ao futuro: 96,8% desejam ampliar suas vendas e 9,7% pensam em diversificar sua produção.

Outro ponto crítico é a distinção entre o fazer artesanal e o empreender. Conforme destaca a representante do PAB, nem todo artesão é um empreendedor. A exigência de que o artesão também seja gestor, marqueteiro, comerciante e formalizado pode se tornar um obstáculo. Nesse sentido, o PAFM e o SEBRAE são essenciais para fornecer suporte e capacitação, especialmente nas áreas de gestão financeira, vendas e apresentação comercial dos produtos.

Do ponto de vista mercadológico, os meses com maior fluxo de vendas estão concentrados no verão e em datas festivas (janeiro, dezembro e fevereiro). Os principais consumidores são

turistas de outros estados (90,3%), o que revela a sazonalidade do mercado e a dependência do turismo para a renda das artesãs. Mesmo com essas limitações, o Pontal da Barra preserva uma produção artesanal vigorosa, com 96,8% das artesãs atuando com fios e tecidos (Filé), e alto grau de valorização pelos atributos estéticos, como qualidade (64,5%), beleza (51,6%) e material utilizado (41,9%).

A percepção de abandono por parte do poder público também aparece de forma recorrente nas entrevistas. EB5, artesã que herdou a tradição de sua bisavó, relata: “O alicerce é o Pontal, mas nós estamos abandonadas”. A frase sintetiza o sentimento de frustração por parte de uma comunidade que historicamente sustentou o artesanato alagoano, mas que, na atualidade, se sente à margem das prioridades governamentais.

Esses dados apontam que, apesar dos esforços do PAFM e de sua importância para a estruturação de políticas públicas voltadas ao artesanato, ainda existem desafios estruturais significativos: ausência de assistência continuada, dificuldades de formalização, falta de apoio institucional e necessidade urgente de capacitação. Contudo, também é evidente a força cultural, histórica e econômica do Pontal da Barra como berço de um saber tradicional que resiste, se reinventa e continua a contribuir com a identidade alagoana.

Um desafio apontado pelos artesãos está relacionado com a falta de acesso a recursos e financiamento para melhorar as condições de trabalho. Apesar dos esforços do programa em capacitar os artesãos por meio de oficinas e cursos, muitos relatam que os recursos materiais e financeiros ainda são insuficientes para atender às necessidades crescentes da produção artesanal. A limitação de capital também impede que eles invistam em inovação, seja no design dos produtos, seja na melhoria das técnicas de produção.

Adicionalmente, o estudo revelou que há uma necessidade urgente de adaptar as capacitações às necessidades específicas dos artesãos. Muitos participantes relataram que as oficinas oferecidas pelo programa eram generalistas e, em alguns casos, não consideravam o nível de escolaridade ou as características regionais do mercado em que os artesãos estavam inseridos. Isso prejudica o potencial das capacitações em promover mudanças reais e sustentáveis na vida econômica dos artesãos.

Contribuições do Empreendedorismo Social

No contexto do Pontal da Barra, o empreendedorismo social se apresenta como ferramenta poderosa de transformação, especialmente em uma comunidade que depende tanto da valorização cultural quanto da geração de renda para subsistência. O PAFM logrou criar um ambiente propício para que o artesanato, como expressão cultural, fosse integrado a uma lógica de mercado mais moderna, sem que os artesãos perdessem sua identidade ou a essência de seus produtos.

Ao longo da pesquisa, restou evidente que o empreendedorismo social foi um aspecto chave de mudança, na perspectiva de muitos artesãos. Por meio do desenvolvimento das habilidades empreendedoras e da autonomia na comercialização dos produtos, os artesãos conseguiram se reposicionar no mercado, consolidando suas atividades não apenas como fonte de renda, mas também como mecanismo de resistência cultural e identidade local. Esta transformação é central para a sustentabilidade do artesanato, uma vez que garante a perpetuação das técnicas tradicionais enquanto as adapta às novas demandas de consumo.

Além disso, o impacto do empreendedorismo social se estende ao fortalecimento da rede de apoio entre os próprios artesãos. O programa fomentou a organização de cooperativas e grupos de trabalho colaborativo, o que permitiu uma maior troca de conhecimentos e recursos entre os membros da comunidade. Isso resultou em um ambiente de apoio mútuo, onde as iniciativas individuais se transformam em ações coletivas, ampliando o impacto econômico e social do programa na comunidade.

No entanto, para maximizar o potencial do empreendedorismo social, a pesquisa sugere que o PAFM precisa investir mais em ferramentas que ofereçam suporte contínuo aos artesãos, especialmente no que diz respeito à digitalização e inovação. A incorporação de plataformas de e-commerce, por exemplo, poderia expandir o alcance dos produtos para além das feiras sazonais, proporcionando uma fonte de renda mais estável e acessível.

Os resultados demonstram que o PAFM tem um impacto significativo na vida da comunidade artesã do Pontal da Barra, tanto no que diz respeito à valorização cultural quanto ao fortalecimento do empreendedorismo local. No entanto, os desafios identificados, especialmente em relação à continuidade das ações e à capacitação específica, indicam a necessidade de melhorias no programa para garantir sua sustentabilidade a longo prazo.

Análise Crítica dos Resultados

Os resultados encontrados com relação ao PAFM revelam um quadro de impactos positivos e negativos, o que corrobora parcialmente a literatura sobre empreendedorismo social e políticas públicas voltadas ao artesanato. Em primeiro lugar, o impacto positivo no aumento da visibilidade e na valorização da produção artesanal local está de acordo com as teorias que defendem que programas governamentais bem estruturados podem criar oportunidades para comunidades marginalizadas, inserindo-as no mercado e proporcionando crescimento econômico. Como observado por Silva *et al.* (2019), o empreendedorismo social tem o potencial de transformar comunidades, promovendo uma maior autonomia econômica e o fortalecimento das redes produtivas. O PAFM, nesse sentido, criou oportunidades concretas para os artesãos exibirem suas obras em feiras nacionais e internacionais, ampliando o acesso ao mercado.

No entanto, os desafios enfrentados pela comunidade do Pontal da Barra, especialmente no que diz respeito à comercialização contínua e à dependência de eventos sazonais, destacam uma lacuna na efetividade do programa. Esses resultados estão alinhados com as críticas da literatura, que apontam que a falta de continuidade e apoio pós-eventos pode limitar o alcance de programas de empreendedorismo social. Alves *et. al* (2023) argumentam que, sem uma infraestrutura robusta e mecanismos de apoio de longo prazo, os programas de fomento podem ter um impacto temporário, mas não sustentável.

Ademais, a falta de inovação nas estratégias de capacitação, relatada por muitos artesãos, revela que o programa não conseguiu adaptar suas ações às necessidades específicas da comunidade. Isso contradiz parcialmente as teorias que enfatizam a importância de uma abordagem flexível e personalizada no desenvolvimento de políticas públicas para comunidades marginalizadas. Enquanto a literatura aponta que a capacitação é um fator essencial para o sucesso do empreendedorismo social, os dados deste estudo mostram que as capacitações oferecidas pelo programa muitas vezes não consideravam a formação educacional dos artesãos ou as particularidades do mercado.

Relevância das Políticas Públicas

As políticas públicas voltadas para o artesanato, especialmente em comunidades tradicionais como o Pontal da Barra, desempenham um papel fundamental na preservação cultural

e no desenvolvimento econômico. O PAFM é um exemplo notável de como uma política pública pode ser um catalisador para a valorização de práticas artesanais locais e, ao mesmo tempo, proporcionar oportunidades econômicas para os artesãos. No entanto, a análise crítica dos resultados revela que há espaço para ajustes significativos no desenho e implementação das políticas.

Uma das principais questões que emergem desta análise é a necessidade de as políticas públicas oferecerem suporte contínuo, e não apenas concentrado em eventos ou ações pontuais. A dependência excessiva de feiras e exposições sazonais para comercializar os produtos artesanais, sem a criação de canais permanentes de venda, coloca os artesãos em uma posição vulnerável. Marquesan e Figueiredo (2014) sugerem que políticas públicas voltadas para o artesanato devem considerar o desenvolvimento de infraestrutura comercial sustentável, como e-commerce e parcerias com o setor privado, para garantir que os artesãos possam alcançar novos mercados de forma contínua.

Além disso, as políticas públicas devem focar na capacitação constante e adaptada às realidades locais. Como evidenciado nos resultados, a capacitação oferecida pelo Programa Alagoas Feita à Mão muitas vezes não correspondia às necessidades dos artesãos, sendo genérica e pouco prática para suas realidades. Políticas públicas que promovem a inovação e a adaptação tecnológica são cruciais para o sucesso a longo prazo de iniciativas como esta. Sarfati (2013) defende que programas eficazes de empreendedorismo social devem ser dinâmicos, ajustando suas estratégias conforme as necessidades emergem.

Outro ponto relevante é a articulação entre as esferas governamentais. O artesanato, por ser uma expressão cultural e econômica, exige uma abordagem intersetorial, em que diferentes órgãos governamentais, como as secretarias de cultura, turismo e economia, atuem de forma coordenada. As políticas públicas para o artesanato também podem se beneficiar de parcerias com o setor privado e com organizações internacionais, ampliando o acesso a mercados e criando redes de cooperação.

Inovação e Sustentabilidade

Os resultados do estudo também sugerem que o PAFM pode ser melhorado com base em princípios de inovação e sustentabilidade, conforme preconizado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A adoção de práticas inovadoras e sustentáveis é

fundamental para garantir que o artesanato se torne uma atividade economicamente viável e ambientalmente responsável. O ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), por exemplo, destaca a importância de promover atividades produtivas sustentáveis e inclusivas, especialmente em comunidades vulneráveis.

Uma das maneiras de incorporar inovação ao programa é investir em plataformas digitais que permitam aos artesãos comercializar seus produtos diretamente ao consumidor, eliminando intermediários e ampliando o alcance de suas vendas. A digitalização é uma ferramenta essencial para aumentar a competitividade dos produtos artesanais no mercado global, conforme sugerido por Botelho (2011) em seu estudo sobre e-commerce e marketing digital. Além disso, ao capacitar os artesãos no uso dessas ferramentas, o programa pode contribuir para a modernização da produção artesanal e a diversificação das fontes de renda.

A sustentabilidade também deve ser uma preocupação central nas políticas públicas voltadas para o artesanato. O ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis) enfatiza a necessidade de promover práticas de produção que respeitem o meio ambiente, especialmente em setores que dependem de recursos naturais, como o artesanato. A utilização de materiais recicláveis e a preservação de técnicas tradicionais, aliadas a práticas sustentáveis, não apenas contribuem para a conservação ambiental, mas também agregam valor aos produtos no mercado. Os consumidores, cada vez mais conscientes, tendem a valorizar produtos que estejam alinhados com princípios de sustentabilidade.

Além disso, a inovação no design dos produtos pode fortalecer ainda mais a competitividade dos artesãos de Alagoas. Incentivar a colaboração com designers contemporâneos pode ajudar a preservar a essência do artesanato tradicional, ao mesmo tempo em que moderniza o portfólio de produtos oferecidos, atraindo novos públicos e aumentando a demanda por produtos exclusivos e sustentáveis.

A discussão dos resultados evidencia que o Programa Alagoas Feita à Mão tem potencial para promover o desenvolvimento socioeconômico das comunidades artesãs, mas enfrenta desafios importantes que precisam ser abordados para garantir sua sustentabilidade a longo prazo. Políticas públicas mais flexíveis, focadas em inovação, capacitação contínua e acesso a mercados digitais, podem ser a chave para transformar o artesanato alagoano em um setor competitivo e sustentável. Ao adotar uma abordagem mais integrada e intersetorial, o programa pode maximizar seu impacto e contribuir para a preservação cultural e o crescimento econômico inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos elementos acima apresentados, cumpre retomar o problema de pesquisa a fim de detalhar de que forma ela colabora para ampliar o conhecimento já produzido.

Inicialmente, observa-se que o empreendedorismo social no Brasil tem se revelado uma ferramenta poderosa para a transformação social, promovendo soluções inovadoras para problemas complexos e persistentes. Os empreendedores sociais brasileiros têm se destacado pela capacidade de mobilizar recursos e criar impacto positivo em comunidades vulneráveis. No entanto, ainda enfrentam desafios significativos, como a falta de financiamento adequado, a necessidade de maior apoio governamental e a necessidade de um ambiente regulatório mais favorável. Para que o empreendedorismo social continue a crescer e prosperar, é essencial que haja uma colaboração mais estreita entre o setor público, privado e a sociedade civil.

O estudo sobre a efetividade do PAFM revelou uma série de resultados que confirmam a importância das políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico de comunidades artesãs. A pesquisa mostrou que o programa tem sido capaz de proporcionar visibilidade e reconhecimento ao artesanato do Pontal da Barra, com resultados concretos, como a ampliação do acesso a mercados e a promoção da cultura local. No entanto, os desafios estruturais, como a dependência de eventos sazonais e a falta de canais de comercialização digital, limitam o impacto de longo prazo do programa.

Os artesãos, embora beneficiados por iniciativas como feiras e exposições, enfrentam barreiras que prejudicam a continuidade de suas atividades, como a falta de recursos financeiros, a baixa capacitação específica e a ausência de suporte técnico constante. Além disso, o programa demonstrou certa dificuldade em adaptar suas estratégias de capacitação às necessidades locais, sugerindo a necessidade de ajustes para que os artesãos possam maximizar o potencial de suas atividades.

Este artigo contribui significativamente para o campo de políticas públicas e empreendedorismo social, ao explorar a relação entre as ações governamentais voltadas para a preservação do patrimônio cultural e o desenvolvimento econômico de comunidades artesãs. A pesquisa enfatiza que, embora o empreendedorismo social seja uma ferramenta transformadora, é necessário que as políticas públicas sejam flexíveis e adaptáveis à realidade local para que elas possam ser verdadeiramente eficazes. O estudo corrobora a literatura sobre empreendedorismo

social, destacando o papel crucial das políticas públicas em facilitar o desenvolvimento sustentável de comunidades vulneráveis.

Além disso, o artigo amplia o debate sobre a importância de políticas públicas intersetoriais, que integrem cultura, economia e inovação. Ao analisar o impacto do Programa Alagoas Feita à Mão, a pesquisa oferece *insights* valiosos sobre como as políticas públicas podem ser aprimoradas para apoiar o desenvolvimento de atividades artesanais em regiões periféricas. A inclusão de temas como digitalização e inovação no artesanato também contribui para a literatura sobre a modernização das práticas tradicionais, sugerindo novos caminhos para a sustentabilidade econômica e cultural.

A pesquisa possui algumas limitações, principalmente relacionadas à abrangência do estudo de caso. Por ter sido concentrada em uma única comunidade — o Pontal da Barra — os resultados refletem a realidade específica daquela região, o que pode limitar a generalização das conclusões para outras comunidades artesanais do Brasil. Estudos futuros podem ampliar a análise para diferentes regiões do país, permitindo uma comparação mais rica entre as realidades e os impactos de programas como o Alagoas Feita à Mão.

Outro aspecto que limita o alcance do estudo é a falta de uma análise longitudinal. Embora o impacto do programa tenha sido avaliado em um período específico, a falta de dados contínuos ao longo de diferentes gestões políticas dificulta a avaliação de sua sustentabilidade a longo prazo. Pesquisas futuras poderiam explorar a eficácia do programa ao longo do tempo, avaliando como as mudanças políticas e econômicas afetam a continuidade e o sucesso das ações implementadas.

Também é importante ressaltar que, embora o estudo tenha abordado a necessidade de digitalização e inovação, a pesquisa não investigou de forma detalhada a viabilidade dessas soluções para a comunidade artesã do Pontal da Barra. O uso de plataformas de e-commerce e a capacitação digital são temas emergentes que merecem maior exploração em futuras investigações. A implementação dessas inovações pode ser uma solução eficaz para muitos dos desafios enfrentados pelos artesãos, como a dependência de eventos presenciais e a falta de canais de venda permanentes.

Em termos de resultados positivos, o programa tem sido eficaz em criar uma estrutura de apoio que envolve feiras, eventos e capacitações, o que gerou benefícios imediatos aos artesãos em termos de exposição e acesso a novos mercados. As ações implementadas facilitaram o escoamento dos produtos artesanais e contribuíram para o fortalecimento do empreendedorismo social, conforme demonstrado pela pesquisa. Todavia, a sustentabilidade dessas iniciativas

permanece uma questão aberta, já que a dependência de eventos sazonais e a falta de um suporte contínuo enfraquecem o impacto de longo prazo.

Assim, embora o PAFM tenha sido efetivo em alguns aspectos — especialmente na preservação cultural e no fomento inicial ao artesanato — sua efetividade plena como política pública ainda demanda ajustes. A ausência de canais permanentes de comercialização, a insuficiência de infraestrutura digital e a inadequação de algumas capacitações destacam a necessidade de uma reestruturação do programa para que ele possa, de fato, atingir seu potencial máximo.

Em Alagoas, o empreendedorismo social tem um papel crucial no desenvolvimento local, especialmente em áreas rurais e comunidades de baixa renda. Iniciativas de empreendedorismo social em Alagoas têm focado em áreas como educação, saúde, agricultura sustentável e inclusão social. Apesar dos desafios, como a escassez de recursos e a necessidade de capacitação, os empreendedores sociais em Alagoas têm demonstrado resiliência e criatividade. O apoio de instituições locais, universidades e organizações não governamentais tem sido fundamental para o fortalecimento dessas iniciativas. Para o futuro, é importante continuar investindo em capacitação, acesso a financiamento e políticas públicas que incentivem o empreendedorismo social como um motor de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Por fim, há uma oportunidade de expandir o estudo para uma análise mais profunda das relações intersetoriais no desenvolvimento de políticas públicas. Programas como o Alagoas Feita à Mão poderiam ser analisados em conjunto com outras iniciativas governamentais, como aquelas voltadas ao turismo e à educação, para criar uma abordagem mais integrada que promova o desenvolvimento econômico, cultural e social de forma mais coesa e sustentável.

O ano de 2015 marcou um ponto de inflexão na história das políticas públicas voltadas ao artesanato em Alagoas, com a criação do PAFM. Antes disso, as ações voltadas à comunidade artesã estavam limitadas àquelas promovidas pelo PAB com alcance reduzido e foco principalmente na emissão de carteiras de identificação de artesãos e participação em feiras. A estruturação de uma política estadual representou um avanço, mas também revelou os limites administrativos, políticos e operacionais que ainda atravessam a efetividade dessa agenda em Alagoas.

Durante a vigência desta pesquisa, foi observado um alto grau de instabilidade institucional: a Secretaria de Desenvolvimento responsável pelo programa mudou de gestão três vezes e sofreu uma reestruturação, deixando de incluir a pasta do Turismo e passando a ser

chamada de SEDICS. Essas mudanças de liderança e de prioridades impactaram diretamente a continuidade das ações, gerando descontinuidade e dificultando a criação de rotinas consolidadas no atendimento às comunidades artesãs.

A alternância de secretários, aliada à dinâmica eleitoral do estado, influencia não apenas o ritmo de execução das políticas, mas também sua direção estratégica. Em muitos casos, as diretrizes são reformuladas a partir das agendas de governo, nem sempre compatíveis com as demandas históricas das comunidades artesãs. Isso resulta em fragilidades institucionais que dificultam a manutenção de programas de longo prazo. A declaração da EI2, representante da gestão pública, é elucidativa: “Política pública é bem complexa. A gente precisa articular com outras secretarias, entender quais são as problemáticas: segurança, estrutura, meio ambiente... a resolução precisa ser compartilhada”.

Esses desafios foram também apontados pelas artesãs locais, como no depoimento de EB1: “Eu quero uma praça linda pra vender nosso artesanato... mas quem é que vai resolver isso? A comunidade precisa buscar ajuda. O Pontal precisa de estrutura pra receber turistas”. O pedido da artesã não é isolado, mas representa uma compreensão ampliada de que a valorização do artesanato passa por ações integradas: infraestrutura urbana, mobilidade, segurança, divulgação e apoio institucional.

A entrevista com EB5 também revela um sentimento de abandono: “Quem começou fomos nós... minha bisavó, minha tataravó... o alicerce é o Pontal, mas estamos abandonadas”. A memória familiar e a continuidade histórica do ofício artesanal são contrapostas à ausência de suporte e investimento por parte do poder público. A cultura material é preservada pelas mãos das artesãs, mas carece de políticas sustentáveis para garantir sua permanência e expansão.

Além disso, há um desafio estrutural relacionado à sobreposição de funções atribuídas ao artesão. Como bem pontua a EI1, “nem todo artesão é empreendedor”. Exigir que o mesmo sujeito seja criador, gestor, comerciante, divulgador e administrador de um negócio sem o devido suporte institucional é inviável para a maioria. Daí a importância de programas como o PAFM atuarem em parceria com outras entidades como o SEBRAE, promovendo capacitação, assessoria técnica e acesso a crédito.

Diante dessas limitações, apontam-se direções futuras para o aprofundamento desta pesquisa e aprimoramento das políticas:

- Realizar avaliações de impacto sistemáticas sobre as ações do programa, observando seus efeitos ao longo de diferentes gestões governamentais;

- Estimular o protagonismo da comunidade artesã na elaboração e monitoramento das políticas públicas, por meio de conselhos, comitês ou instâncias participativas;
- Fortalecer a integração intersetorial entre secretarias (desenvolvimento, cultura, educação, infraestrutura, turismo), para que as políticas atinjam âmbitos complementares e não se limitem à lógica de projetos pontuais;
- Investir na continuidade administrativa, protegendo os programas da descontinuidade típica das alternâncias de poder.

Ao incorporar essas diretrizes, a pesquisa contribuirá para fortalecer a compreensão sobre os desafios e possibilidades da política artesanal em Alagoas. Mais do que propor soluções pontuais, trata-se de construir um campo de escuta, articulação e permanência institucional que garanta a continuidade e a efetividade das ações junto às comunidades artesãs.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, Sérgio R. Pereira. **O impacto de uma política pública em uma comunidade artesã: um estudo de empreendedorismo social no Pontal da Barra, em Maceió/AL.** Catalogação na fonte: Biblioteca do Centro Universitário de Maceió, Unima | Afya, 2023. Disponível em: https://cdn.prod.website-files.com/655df2405bb5d917601b0774/669a74c4e7f6a0988b015f64_6%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20S%C3%A9rgio%20Accioly.pdf. Acesso em: 15 de dez. 2024.
- AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. **Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão.** Revista Agenda Política, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 12–42, 2015. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>. Acesso em: 25 jul. 2025.
- ALAGOAS.** Secretaria de Estado da Cultura. Registro do Patrimônio Vivo. 2022b. Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/registro-do-patrimonio-vivo>. Acesso em: 07 dez. 2022.
- ALVES, A. A. S.; SILVA, Ângelo M.; FERNANDES, E. C.; BARBOSA, W. O.; SARMENTO, R. J. G.; MARQUES, E. S. **Empreendedorismo e políticas públicas de fomento à educação empreendedora no Brasil.** Revista Foco, v. 16, n. 10, e3253, 2023. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n10-210>. Acesso em: 02 mar. 2025.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BESSANT, J.; TIDD, J. **Inovação e Empreendedorismo.** Porto Alegre: Bookman, 2019.
- BONFANTI, A.; DE CRESCENZO, V.; SIMEONI, F.; Adaui, Cristian R. **Convergences and divergences in sustainable entrepreneurship and social entrepreneurship research: A**

systematic review and research agenda. Journal of Business Research 170, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2023.114336>. Acesso em: 20 de set 2024.

BOTELHO, Grace Kelly N.; GOMES, Eveline de Oliveira; DA SILVA, Hermes Moretti R. **E-commerce: análise do hábito de compra de jovens universitários em lojas virtuais em relação ao composto de marketing.** Revista Científica Multidisciplinar, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/70666906/E_Commerce_An%C3%A1lise_Do_H%C3%A1bito_De_Compra_De_Jovens_Universit%C3%A1rios_Em_Lojas_Virtuais_Em_Rela%C3%A7%C3%A3o_Ao_Composto_De_Marketing. Acesso em: 20 de mar. de 2025.

BRASIL. Decreto de 21 de março de 1991. Institui o Programa do Artesanato Brasileiro, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, p. 5211 (Publicação Original), 21 de março de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior_a_2000/1991/Dnn63.htm. Acesso em: 22 jun. 2022.

CAVALCANTE, Mariana M.; DE VASCONCELOS, Daniel Arthur L. **Saberes e Fazeres Populares: o artesanato nas regiões turísticas de Alagoas.** Caderno Virtual de Turismo, v. 22, n. 1, p. 51-62, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18472/cvt.22n1.2022.1965>. Acesso em: 03 de mar. de 2023.

COLIN, Elaine Cristina da Silva; PELICIONI, Maria Cecilia Focesi. **Territorialidade, desenvolvimento local e promoção da saúde: estudo de caso em uma vila histórica de Santo André, São Paulo.** Saúde e Sociedade, v. 27, n. 4, p. 1246-1260, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018170850>. Acesso em: 02 dez. 2025.

CRESWELL, J. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

DA SILVA, Patricia A. Ferreira; IVETE, Núbia Ivete; GUIMARÃES, Rodrigo Gameiro. **Programa do Artesanato Brasileiro: Análise da Implementação da Política Pública Alagoas Feita à Mão.** Revista FSA, v. 20, n. 5, p. 1-13, 2023. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/2729/491493890>. DOI: 10.12819/2023.20.5.1. Acesso em: 05 jan. de 2025.

FONSECA, Erica de Jesus Lira; FONSECA, Paulo Roberto Campelo Fonseca e; SILVA NETO, Nelson Soares da; CARNEIRO, Paulo Salgado Zenha. **Economia solidária e empreendedorismo social: um estudo de caso de empreendedores sociais em São Luís.** Revista Ceuma Perspectivas, v. 38, n. 2, 2021.

LASSWELL, H. **The political science of science: An inquiry into the possible reconciliation of mastery and freedom.** American Political Science Review, v. 50, n. 4, p. 961-979, 1956. DOI: <https://doi.org/10.2307/1951330>. Acesso em: 07 mar 2023.

LUZ, C. B. S.; SILVA, L. de Q. da; MONTICELLI, J. M.; FOSSATTI, P. **Políticas Públicas que Impulsionam a Educação Empreendedora por Meio da Inovação.** Vivências, v. 14, e1222, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.31512/vivencias.v20i41.1222>. Acesso em: 20 mar de 2025.

MARQUESAN, M.; FIGUEIREDO, R. **Políticas públicas e o desenvolvimento do artesanato: desafios e perspectivas no contexto do mercado capitalista**. Revista de Economia Solidária, v. 3, n. 2, p. 21-40, 2014.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8>. Acesso em: 20 set. 2023.

NEUMANN, T. The impact of entrepreneurship on economic, social and environmental welfare and its determinants: a systematic review. **International Review of Entrepreneurship**, Volume 71, pages 553–584, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11301-020-00193-7>. Acesso em: 25 set. 2024.

OLIVEIRA, L.; OLIVEIRA, L.; SILVA, B.; AQUINO, H. **Empreendedorismo Social no Brasil**. REVASF, Petrolina, v. 10, n. 22, p. 132-148, set./dez. 2020.

RODRIGUES, A. **Políticas públicas do artesanato brasileiro**. Rede artesanato Brasil, 24 set. 2021. Disponível em: <https://redeartesanatobrasil.com.br/2021/09/24/politicas-publicas-artebr/#:~:text=O%20processo%20de%20formula%C3%A7%C3%A3o%20de,as%20fases%20possuem%20acentuada%20interdepend%C3%Aancia>. Acesso em: 02 dez. 2022.

SALIM, C. **Introdução ao Empreendedorismo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2009.

SANO, Hironobu; FILHO, Mário Jorge França Montenegro. **As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas**. Revista de Administração Pública, Editora Unijuí, Ano 11, jan./abr. 2013. Acesso em: 01 de julho de 2025.

SARFATI, G. **Estágios de Desenvolvimento Econômico e Políticas Públicas de Empreendedorismo e de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) em Perspectiva Comparada**. Revista Brasileira de Gestão e Empreendedorismo, v. 7, n. 4, p. 56-72, 2013.

SCOPEL, V.; CARVALHO, A.; OLIVO, P. **Artesanato e cultura brasileira**. Porto Alegre: Grupo A, 2019.

SEBRAE. O valor do artesanato brasileiro. 27 jul. 2022. Disponível em: O valor do artesanato brasileiro - Sebrae. Acesso em: 01 dez. 2022.

SEBRAE. Artesanato vive movimento de crescimento de demanda e do número de profissionais cadastrados. ASN Nacional, 05 out. 2022. Disponível em: Artesanato vive movimento de crescimento de demanda e do número de profissionais cadastrados | ASN Nacional - Agência Sebrae de Notícias. Acesso em: 28 set. 2023.

SILVA, J.; SCHULZ, J.; BARBOSA, M. **Empreendimentos de economia solidária sob o enfoque dos 4 P's do composto de marketing**. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, v. 12, n. 3, p. 88-101, 2022.

SILVA, S.; ALMEIDA, T. **Capacitação e empreendedorismo social: promovendo mudanças em comunidades tradicionais**. Revista Brasileira de Empreendedorismo Social, v. 15, n. 1, p. 32-46, 2019.

SILVA, Patrícia A. F.; OLIVEIRA, Núbia I. M.; GUIMARÃES, Rodrigo G.; SANTA RITA, Lucina P.; GONÇALVES, Bruno S. **Programa do Artesanato Brasileiro: Análise da Implementação da Política Pública Alagoas Feita à Mão**. Revista FSA. DOI: <https://doi.org/10.12819/2023.20.5.1>. Acessado em: 10 de nov de 2024.

SIMON, H. **Models of man: social and rational**. New Jersey: Wiley, 1957.

SOUZA, L. **Análise de composto mercadológico em uma empresa de autoelétrica de Ituiutaba – MG**. Revista Foco, v. 1, n. 2, p. 20-34, 2021.

TEIXEIRA, T.; ANDRADE, D.; ALCÂNTARA, V.; OLIVEIRA, N. **Inovação e empreendedorismo: Um caso no setor público**. Pretexto, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 57-71, jan. 2019.

VALADARES, J.; EMMENDOERFER, M. **A incorporação do empreendedorismo no setor público: reflexões baseadas no contexto brasileiro**. Revista de Ciências da Administração, v. 17, n. 41, p. 82-98, abr. 2015.

YUNUS, M. **Criando um mundo sem pobreza: como o empreendedorismo social está transformando o capitalismo**. São Paulo: Ática, 2007.